

# INFORME



Informativo do **Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais** - Ano IV/ **Mai 2016** - nº 41

## Conselho Estadual de Saúde e Escola de Saúde Pública de Minas Gerais realizam turma-diagnóstico de qualificação de conselheiros



Em parceria com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), o Conselho Estadual de Saúde promoveu, nos dias **11, 12 e 13 de maio**, a realização de uma Turma “Diagnóstico” para o curso de Qualificação dos Conselhos Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Nesta primeira turma (haverá outras), cerca de 40 conselheiros municipais de saúde, de diversas regiões do Estado, pontuaram suas necessidades de capacitação para que seja formatado um curso que atenda a demanda do Controle Social mineiro.

A abertura contou com as presenças da Mesa Diretora do CESMG, da diretora geral da ESP, Roseni Rosângela de Sena, Margareth Travessoni (Controladoria Geral do Estado), Conceição Rezende (ouvidora da Saúde) e Berenice de Freitas Diniz (Observatório do Controle Social do SUS – PUC Betim). Atuaram ainda como parceiros e observadores, nos três dias de trabalho, representantes da Controladoria Geral do Estado (CGE-MG), do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de MG (COSEMS-MG), da Ouvidoria Geral do Estado (OGE-MG) e da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG).

Em sua fala na abertura, o vice-presidente do CESMG, Ederson Alves da Silva (CUT-MG), agradeceu aos conselheiros que aceitaram o convite para participarem da primeira turma. “Este é um desafio, é a primeira turma que vai ajudar a elaborar o material para capacitação dos conselheiros municipais de saúde. Vocês tem uma responsabilidade muito grande, de trazer a demanda dos 853 municípios mineiros. O Conselho Estadual lançou o desafio de mudar o modelo de capacitação que vinha sendo conduzido para criar um que realmente venha trazer ao conselheiro uma base, a qualificação para conhecerem os seus direitos”, ponderou o vice-presidente.

Sobre o contexto da capacitação, Ederson lembrou: “temos que ser propositivos e respeitados enquanto conselheiros de saúde. Vamos discutir qual o nosso papel, o que precisamos para atuar com ética”.

O vice-presidente anunciou que existe a previsão de se iniciar as turmas de capacitação no segundo semestre deste ano. E completou que as turmas formadas terão o compromisso de se tornarem multiplicadoras em sua região, ou nos municípios.

A diretora geral da ESP, Roseni Sena, parceira da iniciativa, afirmou que a proposta tem que se diferente do que já existe, sair do lugar comum. “Temos que atender às demandas trazidas pelas regiões do Estado e, ao mesmo tempo, tornar o aprendizado agradável”, avaliou. “Esta capacitação deve preparar o conselheiro para atuar em um mundo de controvérsias e contradições, que é o Controle Social”, completou a diretora.

*Continua*

Conceição Rezende, ouvidora da Saúde, destacou a parceria entre o CES, a Escola de Saúde Pública, a Ouvidoria e a Controladoria Geral do Estado. “Por isso, as reflexões aqui levantadas são muito importantes para conhecermos nossas estruturas, nosso trabalho, nossos deveres e para qualificar a gestão do Estado rumo à garantia de obrigações e direitos”.

A Controladoria Geral do Estado (CGE-MG) acompanhou toda a programação das atividades. Gustavo Mariano, um dos seus representantes, disse que aquela estava sendo também uma oportunidade de aprendizado para aprimorar o trabalho desenvolvido por sua instituição. “Precisamos qualificar esta parceria com o CES, tornando nossa participação efetiva, estabelecendo uma linguagem única e cidadã sobre as ferramentas do Controle Social”.

E acrescentou: “A transparência da gestão é de suma importância. Transparência é regra, sigilo é exceção. E os Conselhos tem que saber disso. A CGE precisa muito da ajuda do cidadão na fiscalização dos recursos públicos”. Os trabalhos se estenderam por três dias, divididos em “estações de temas” que eram

acompanhados em rodízio pelos grupos de trabalho. Os primeiros participantes elogiaram a iniciativa. Doralice Barbosa, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, afirmou que “é uma oportunidade de todos os conselhos municipais de saúde trazerem suas experiências e necessidades. O acolhimento dos facilitadores da ESP foi perfeito”.

Eliene Alves de Oliveira, de Araçuaí, disse que se identificou com as discussões nos grupos e destacou a importância de se aprofundar no conhecimento da legislação. Luiz Carlos, de Ouro Preto, lembrou que o fato de o grupo ser heterogêneo possibilitou conhecer as diferentes necessidades de cada região. “A educação deve buscar atingir a todos, respeitando suas diferenças”, concluiu o conselheiro.



**Reunião Ordinária** – Na Plenária de maio do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, que aconteceu no dia 9, a pauta principal foi a situação da Rede Fhemig, que não enviou representantes para a discussão. A reunião contou com a presença do presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado Arlen Santiago (PTB). Também foram empossados os novos conselheiros usuários que foram eleitos em abril.

**Reunião Extraordinária** (23 de maio) - Na pauta, a apresentação e entrega oficial do Plano Estadual de Saúde (PES) 2016 pela Secretaria de Estado de Saúde, a votação para aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2014. O RAG 2014 foi aprovado, com ressalvas que foram apontadas pelo parecer do Grupo de Trabalho de Avaliação dos Instrumentos de Gestão do SUS. Também foi eleito o novo 2º Diretor de Comunicação e Informação do SUS, para a Mesa Diretora do CESMG: o conselheiro Rubens Silvério da Silva, da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais (Famemg), representando o segmento dos usuários.



## CESMG participa de audiência para apoiar profissionais do Serviço Social



A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu, no dia 19 de maio, uma audiência pública no Minascentro para debater as condições e a jornada de trabalho dos assistentes sociais no Estado. O vice-presidente do CESMG, Ederson Alves (CUT-MG), acompanhou e se posicionou nas discussões entre profissionais, gestores e parlamentares presentes. A audiência foi presidida pelo deputado estadual Celinho do Sinttrocel, ao lado da vice-presidente da Comissão, deputada Geisa Teixeira.

O debate se deve ao não cumprimento da Lei Federal nº 12.317/2010, que limita em 30 horas semanais a jornada dos assistentes sociais, sem redução salarial. Mesmo com 79% dos municípios mineiros já cumprindo esta determinação legal, o Governo estadual não cumpre, assim como a Prefeitura de Belo Horizonte. Existe, inclusive, a dificuldade de se levantar quantos profissionais desta área atuam no serviço público estadual, tendo em vista que são concursados para o cargo de “especialista em políticas da gestão da saúde” (EPGS), uma denominação que abrange profissionais das mais distintas áreas.

“Uma lei federal, como todos sabem, tem que ser cumprida; temos que respeitar os direitos adquiridos. É inaceitável que não exista um levantamento de quantos profissionais atuam como assistentes sociais no Estado, que precisa reconhecer e valorizar a profissão de seus funcionários efetivos, inclusive, com salários dignos e justos. Não podemos conviver com salários destoantes, como a diferença entre os salários do Judiciário e dos demais setores do governo. Outro ponto a ser destacado é que o Conselho Estadual de Saúde não aceita as contratações de profissionais, só existe uma forma de se ingressar no serviço público: é o concurso. Com editais que contemplem os direitos de cada categoria profissional”, disse o vice-presidente do CESMG, Ederson Alves. Ele acrescentou que este debate também será levado para o Conselho Estadual: “é uma questão de justiça”.

O deputado Celinho do Sinttrocel, presidente da Comissão de Trabalho da ALMG, defendeu um projeto de lei tratando das 30 horas para os profissionais do Serviço Social no Estado, como já foi feito na Câmara Municipal de Belo Horizonte e, segundo o vereador Pedro Patrus, já começa a tramitar nesta Casa. Diante das discussões levantadas na audiência, a subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Simone Aparecida Albuquerque, anunciou que irá criar um grupo de estudo para viabilizar a aplicabilidade da lei federal em Minas, reunindo além da Sedese, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e o Conselho Regional do Serviço Social (CRESS-MG). A superintendente central de Política de Recursos Humanos da Seplag, Waleska Moreira Santos, explicou que este grupo irá mapear os assistentes sociais que atuam no serviço público no Estado e, então, definir ações quanto à jornada de trabalho.

Sobre este grupo, o presidente do CRESS-MG, Leonardo David Rosa Reis, entrevistado para afirmar o posicionamento de sua entidade: “lei é para se cumprir, não vamos fazer diagnósticos ou levantamentos, porque não interessa essa perspectiva diante de direito adquirido”. Leonardo lembrou que se a lei for cumprida pelo Estado, terá um efeito “dominó” sobre os municípios que ainda não a cumprem. O não cumprimento da lei estaria sendo protelado também por causa de controvérsias judiciais, como revelou a conselheira Alessandra Ribeiro de Souza, do Conselho Federal do Serviço Social. Há questionamentos na Justiça sobre a abrangência da lei, se ela valeria apenas para a iniciativa privada ou também para o serviço público, ou seja, celetistas e estatutários.

A audiência pública contou ainda com as presenças da conselheira estadual de saúde Andrêza Almeida Fernandes Alves (CRESS-MG) e do conselheiro nacional de saúde, Eni Carajá. Na mesa de debates da audiência, também participaram Analice Ribeiro Pazzini Lobo, representando a Associação Mineira de Municípios, e Fábio Francisco Maia, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel).



## Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC



O secretário-geral Jurandir Ferreira (CNBB) representou o CESMG no lançamento da consulta pública referente ao Decreto Estadual que regulamentará a Lei Federal nº 13.019/2014 em Minas Gerais, conhecida como "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC". O evento, que aconteceu no dia 9 de maio no auditório JK (Cidade Administrativa), foi presidido pelo subsecretário de Assuntos Municipais da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), Marco Antônio Viana Leite. Entre os palestrantes, a promotora pública Valma Leite, a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, Renato Dolabela, a assessora parlamentar Andreza Costa Silva, pela Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís Figueiredo, a superintendente de Convênios e Parcerias da SEGOV-MG, Júlia Oliveira, representando as OSC, Marisa Resende, e o cantor Flávio Renegado.



A Conselheira e diretora de Comunicação do CESMG, Lourdes Machado (CRP-MG) participou, no dia 10 de maio, da aula conclusiva da disciplina "**Saúde Mental - Diálogos Universitários**", no Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O tema da noite foi o Controle Social e a Saúde Mental. Ainda na mesa, Paulo dos Reis Braga, conselheiro estadual de Saúde (Fórum Mineiro de Saúde Mental) e presidente da ASUSSAM, Emilha Maria de Oliveira Marques (2ª secretária da ASUSSAM) e Bruno Souza Bechara Maxta (professor do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG).

*O objetivo da Disciplina 'Saúde Mental: Diálogos Universitários' é oferecer conhecimento sobre a saúde mental no âmbito da reforma psiquiátrica e das políticas públicas, assim como sobre a história da luta antimanicomial e a aplicação desses conceitos na atualidade. Um dos princípios da disciplina é o conhecimento através da inter e transdisciplinaridade, que é a troca de experiências entre as diversas áreas acadêmicas, leigas, de usuários, de movimentos sociais e de estudantes. As discussões também abordam possíveis intervenções psicossociais e abordagens clínicas em saúde mental.*

A conselheira estadual de Saúde **Elânia Pereira dos Santos** (Coren-MG) representou o CESMG na solenidade em homenagem ao **Dia da Enfermagem**, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 12 de maio.





Reunião no dia 16 de maio da **Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador** (CIST Estadual) no CESMG. Foram eleitos o coordenador Antônio de Pádua Aguiar (CUT-MG) e a coordenadora adjunta, Gislene Gonçalves dos Reis (Central dos Movimentos Populares de Minas Gerais).

---

**"Aulão" de Cidadania:** No dia 18 de maio, nas escadarias da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, em Uberaba, ocorreu uma manifestação contra a retirada dos direitos sociais e aos ataques ao Sistema Único de Saúde - SUS.

A representação estudantil e várias entidades sindicais estiveram presentes. Jurandir Ferreira (CNBB), secretário-geral do CESMG, também marcou presença no evento e usou do espaço aberto para manifestar o posicionamento do Conselho Estadual de Saúde frente à situação, citando algumas ações que já foram impetradas junto à Secretaria de Estado de Saúde - SES/MG, contra a terceirização da saúde pública. "Foi uma manifestação muito importante. São os jovens acordando para a realidade dos acontecimentos e dos caminhos para onde estão conduzindo o Brasil!", avaliou Jurandir.



No dia 23 de maio, reunião do **Grupo de Trabalho de Avaliação dos Instrumentos de Gestão**, para estudar e esclarecer pontos da Programação Anual de Saúde 2016 com técnicas da Secretaria de Estado de Saúde.

---

A Diretora de Comunicação do CESMG, Lourdes Machado (CRP-MG) foi uma das palestrantes convidadas no encontro **"Políticas de Saúde Mental – Os riscos do retrocesso"**, que aconteceu no dia 9 de maio na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) de Divinópolis, representando o Conselho Estadual de Saúde. "Não admitiremos qualquer tipo de retrocesso nas políticas de saúde mental. Recusamos propostas segregadoras e excludentes como modo de tratamento", falou a conselheira.



## Hospitais Regionais são cobrados em audiência pública

No dia 25 de maio, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, presidida pelo Dep. Arlen Santiago, realizou audiência pública para cobrar a retomada das obras nos hospitais regionais do Estado, diante da demanda e das dificuldades de acesso da população mineira à saúde pública. O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, representado por seu vice-presidente Ederson Alves (CUT-MG), apresentou aos parlamentares, gestores hospitalares e demais participantes um diagnóstico detalhado sobre a situação atual dos 11 hospitais regionais em fase de obras – ou planejamento - no Estado.



As informações foram repassadas pelos Conselhos Municipais de Saúde das cidades que sediarão as unidades: Uberaba, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Governador Valadares, Nanuque, Além Paraíba, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Novo Cruzeiro, Montes Claros e Teófilo Otoni.

Ederson pontuou todos os entraves das novas unidades, destacando a questão do financiamento de custeio, a aquisição de equipamentos e insumos

e a contratação de profissionais. “Desde a 8ª Conferência Estadual de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde está cobrando a conclusão destes hospitais e a sua entrega para a população com todas as condições de atendimento. Não iremos aprovar o orçamento da saúde enquanto essas obras não saírem do papel”, afirmou. “E vamos fiscalizar se está havendo desperdício de dinheiro público, como a construção de unidades próximas e nem sempre em pontos estratégicos para cobrir os vazios assistenciais. Temos que definir como será a gestão destes hospitais, já que as administrações municipais não dispõem de recursos para custear sua manutenção. Também há de se levar em conta como será a licitação para aquisição dos equipamentos hospitalares. E, quanto aos profissionais que ali atuarão, reiteramos que o Conselho se posiciona quanto à obrigatoriedade de concurso público”, completou Ederson.

Em Nanuque, Novo Cruzeiro e Montes Claros, o projeto ainda nem saiu do papel. Alguns em fase de licitação e com denúncias de irregularidades antes mesmo de começarem as obras. Todos os outros hospitais se encontram com suas obras paralisadas. Em Conselheiro Lafaiete, as obras não só estão paralisadas, mas como também o local está sendo saqueado. O impasse da gestão atrasa a entrega do Hospital Regional de Uberaba, com várias liminares na Justiça que questionam a terceirização da gestão, a ser feita por uma organização da sociedade civil (OS).

Em Juiz de Fora, Sete Lagoas, Governador Valadares, Divinópolis e Teófilo Otoni, as paredes começaram a ser construídas sem antes se definir quem irá gerir estes hospitais, que serão referência para os municípios vizinhos. Todos os municípios são unânimes em afirmar que não tem recursos para manterem uma unidade hospitalar deste porte. Em média, os hospitais regionais possuem de 100 a 400 leitos e atenderão principalmente urgência e emergência, podendo ainda realizar cirurgias eletivas e atender em outras especialidades.

O custeio das unidades também foi citado pelo presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, Fábio Guerra: “A regionalização da saúde é fundamental, mas desde que seja com qualidade, gerenciamento adequado e concursos públicos; só que não estamos vendo uma resposta imediata, já que o problema maior é financiamento”. O autor do requerimento da audiência pública, deputado Carlos Pimenta, afirmou que o Governo do Estado tem dado explicações evasivas para a paralisação das obras dos hospitais regionais. “Não aceito, em hipótese alguma, que um programa tão importante como esse não tenha continuidade”, concluiu o deputado.

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago, citou o fechamento de leitos hospitalares em todo o país, inclusive de CTI. Segundo ele, com os baixos repasses previstos na atual tabela do SUS, é impossível aos hospitais prestadores de serviço, ou filantrópicos, custearem estes leitos e manter um nível satisfatório de atendimento à população. Arlen solicitou ao CESMG uma cópia dos dados levantados pelos Conselhos Municipais de Saúde.

Ainda participaram desta Audiência Pública: a superintendente do Hospital das Clínicas, Luciana de Gouvea Viana, a diretora do Hospital Municipal de Nanuque, Mércia Lopes de Santana, o superintendente da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, Maurício Sérgio, e o provedor, Heli Penido.

## **DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL 18 DE MAIO 2016 – “ELES PASSARÃO, NÓS PASSARINHO”.**

Este ano, mais uma vez os movimentos sociais, usuárias/os e trabalhadoras/es saíram às ruas para mostrar à sociedade a importância da Luta Antimanicomial, celebrada no dia 18 de maio. O tema de 2016 foi "Eles passarão, nós passarinho". O desfile artístico-político este ano teceu críticas às dificuldades e o momento atual que a saúde e, em especial, a saúde mental vivencia. Mostrou a recusa em aceitar qualquer tipo de retrocesso e denunciou a lentidão da Justiça na apuração da morte do professor Marcus Vinícius de Oliveira. O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais esteve presente por uma política de saúde mental antimanicomial pública e estatal.



## **XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS**

O CESMG esteve presente no XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, que aconteceu entre os dias 1º e 4 de junho, em Fortaleza.

Participaram dos debates, oficinas e de outras atividades no Congresso, os conselheiros Ederson Alves da Silva (Vice-presidente, CUT-MG), Jurandir Ferreira (Secretário-geral, CNBB), Júlio César Pereira de Souza (1º Secretário, Famemg), Maria Nazária de Souza Arruda (FAPMG), José do Carmo Fonseca (3º Secretário, SindHomg), Renato de Almeida Barros (2º Secretário, SindSaúde), Elânia dos Santos Pereira (Coren-MG), Lourdes Machado (Diretora de Comunicação, CRP-MG), Silvio Salvador Cotta (Morhan) e Andrezza Almeida Fernandes Alves (CRESS-MG).



➔ **Mantenha atualizado o cadastro de seu Conselho Municipal de Saúde no CADCES-MG. Assim, seu CMS sempre receberá informações sobre o Controle Social mineiro.**

**Acompanhe o CESMG no Facebook, mais fotos e informações atualizadas:**  
<https://www.facebook.com/Conselho-Estadual-de-Saúde-de-Minas-Gerais-Cesmg>



#### **Expediente:**

O INFORME CES-MG é uma publicação do *Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais*, editado por sua Assessoria de Comunicação. É permitida a reprodução de matérias, desde que citada a fonte. O artigo assinado é de responsabilidade do autor e não expressa, necessariamente, a opinião da instituição. Esta publicação pertence ao **Controle Social** do Estado de Minas Gerais. Por isso, aceita contribuições que acrescentem informações relevantes ao exercício de nossas atividades – qualificando, cada vez mais, nosso trabalho e, conseqüentemente, a saúde pública mineira. Artigos, notícias e demais colaborações podem ser encaminhadas nos contatos citados neste expediente.

#### **Mesa Diretora CES-MG:**

Presidente: Sávio Souza Cruz (SES/MG)  
 Vice-presidente: Ederson Alves da Silva (CUT-MG)  
 Secretário-geral: Jurandir Ferreira (CNBB)  
 1º Secretário: Júlio César Pereira de Souza (FAMEMG)  
 2º Secretário: Renato de Almeida Barros (SINDSAÚDE-MG)  
 3º Secretário: José do Carmo Fonseca (SINDHOMG)  
 1ª Diretora de Comunicação e Informação do SUS:  
 Lourdes Aparecida Machado (CRP-MG)  
 2º Diretor de Comunicação e Informação do SUS:  
 Rubens Silvério da Silva (FAMEMG)

#### **Assessoria de Comunicação**

Jornalista responsável:  
 Michèlle de Toledo Guirlanda – Mtb 5045

#### **Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais**

Rua Rio de Janeiro, 471 – 10º andar - Centro  
 Belo Horizonte/ MG – CEP 30.160-040  
 Telefones: (31) 3215-7209/ 7210/ 7208 Fax: (31) 3215-7468  
 e-mail: [ces@saude.mg.gov.br](mailto:ces@saude.mg.gov.br)  
 Facebook:/ <https://goo.gl/U1X7Pj>